

Maria José Ferreira dos SANTOS, *A indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XIX)*, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997, 318 p. (com ilustração diversa).

O trabalho em epígrafe, sobre a indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria, contém o texto de uma Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A sua autora, Maria José Ferreira dos Santos, nascida e criada em meio papelheiro por excelência e, ela própria, descendente de papelheiros, estava bem colocada para empreender e levar a cabo, com êxito, este tipo de investigação. O seu conhecimento do ambiente socioeconómico e cultural da área, por um lado, e a sua familiaridade com a indústria do papel, por outro, constituíam factores positivos, que a autora aproveitou da melhor forma.

A obra em análise apresenta, além de uma extensa e útil introdução – de carácter essencialmente metodológico –, na qual define as coordenadas seguidas e os tipos de fontes utilizadas, cinco capítulos, onde são focados os seguintes tópicos: a contextualização da indústria papelreira, nos respectivos distrito e concelho; as primeiras fábricas e os primeiros fabricantes, na zona em estudo; as fábricas de Paços de Brandão, em 1867; os fabricantes e os operários; e, por último, as marcas de água.

Maria José Santos começa por esclarecer, logo no início da introdução (p. 15), qual o objectivo que pretendia alcançar com este trabalho: “estudar a indústria do papel em Paços de Brandão e antigas Terras de Santa Maria, procedendo a um levantamento das primeiras fábricas e reencontrando os homens e mulheres que as ergueram e sustentaram, como fabricantes ou operários”. Formula, seguidamente, algumas questões, às quais procurou dar resposta: “Como viveram os primeiros homens do papel das terras da Feira? Que opiniões políticas defenderam? Que tipo de intervenção tiveram na comunidade? Que dificuldade sentiram numa zona eminentemente rural? O que pensavam de si próprios?”.

Como se deduz do que se acaba de transcrever, a autora adoptou uma perspectiva abrangente, uma vez que estudou, quer os recursos naturais, quer os recursos humanos – desde os empresários, aos técnicos e aos operários –, sem esquecer questões da máxima importância, como sejam o capital e a tecnologia, o mercado e os meios de transporte, a ideologia política e o próprio quotidiano.

Trata-se, pois, de um estudo que é, simultaneamente, “de caso” – visto incidir sobre um único ramo industrial, o papel, numa área relativamente restrita, Paços de Brandão e Terras de Santa Maria – e global, por ter incidido sobre diversos aspectos da realidade, ela própria sempre multifacetada. Com efeito, a investigação efectuada se, genericamente, se

insere no domínio da história económica e empresarial, não é menos verdade que também contemplou outras metodologias e pontos de vista, do âmbito da história empresarial – de empresas e de empresários –, da biografia e da prosopografia, da história do artesanato e da indústria e, obviamente, da história e da arqueologia industrial do papel.

De entre muitos outros aspectos que poderiam ser referidos, destaco os que são desenvolvidos no capítulo IV (“Fabricantes e operários”), designadamente: origem social, sagas familiares e endogamia dos fabricantes de papel; consciência de classe e solidariedade social, atitudes políticas e participação dos empresários na gestão autárquica; perfil político e humano de um fabricante de papel; salários e níveis de alfabetização no tecido operário papelero da área estudada.

Explorando numerosas marcas de água (cap. V), com minúcia de historiadora mas também com conhecimento e rigores de técnica, delas tira um significativo conjunto de ilações, de entre as quais destaco: área comercial do papel ou, por outras palavras, distribuição geográfica e quotas de mercado dos respectivos produtos; influência das marcas de água estrangeiras, sobretudo italianas; identificação de empresas, através das marcas de água; a marca de água como uma espécie de logotipo; aristocratização e mobilidade social, através das marcas de água.

Já na conclusão, a autora formula uma hipótese interessante, acerca da revolução industrial no papel, no concelho de Santa Maria da Feira, se ter iniciado nos meados do século XIX, ainda com a energia hidráulica, podendo assim, também neste caso, falar-se de uma certa “industrialização (da água) antes da industrialização” (do vapor).

Numa apreciação global à *Indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria*, merecem ser realçados os seguintes aspectos: a) elaboração e apresentação cuidada, desde a precisão da linguagem à ilustração, variada e bastante elucidativa; b) investigação aprofundada, com o recurso a diversos tipos de fontes, desde as arquivísticas e bibliográficas às materiais e mesmo às orais; c) bom domínio da bibliografia actualizada, sobre a indústria e a tecnologia do papel; d) excelente conhecimento do meio, o que lhe permitiu, através do uso do método chamado regressivo, esclarecer aspectos do passado a partir da realidade do presente; e) por último, mas não menos decisivo, sublinhem-se a profunda motivação e os laços afectivos que ligam Maria José Ferreira dos Santos à fascinante actividade papelera, de tão grande tradição em Terras de Santa Maria.

Em suma: trata-se de uma obra cuja leitura se recomenda vivamente, não só a investigadores e estudiosos do papel mas a um público mais geral que, no mínimo, é necessariamente consumidor daquele produto.

Maria Clementina SANTOS, *Education and earnings differentials in Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade do Porto (mimeog.), Porto, 1995, 426 p.

Desde Adam Smith e até aos anos 1960, sobretudo com a Teoria do Capital Humano, passou a ser comumente aceite que o mecanismo concorrencial entre a procura e a oferta, no mercado de trabalho, conduziria, sempre a longo prazo, a que trabalhadores equivalentes fossem igualmente remunerados, independentemente da empresa e do sector onde desempenhassem as suas actividades, garantindo assim uma afectação óptima dos factores produtivos. Argumentava-se, desta forma, que as empresas, adoptando um comportamento optimizador, utilizariam o número suficiente de trabalhadores que lhes permitissem lograr o ponto em que o acréscimo de produtividade, oriundo da contratação de mais um trabalhador, igualasse o salário por ele auferido. Contudo, tal pressuposto, de que trabalhadores equivalentes fossem igualmente remunerados, acabaria por ser negado pela evidência dos factos.

Mais recentemente (desde os finais da década de cinquenta), diversos autores, colocando a ênfase do lado da oferta do mercado de trabalho, argumentam que é o “stock” acumulado de capital humano, obtido através, essencialmente, do investimento efectuado em educação e formação profissional específica e geral, o principal determinante para a diferenciação salarial entre trabalhadores, contribuindo, assim, para o termo do pressuposto da existência de perfeita substituíbilidade entre o factor trabalho. Por sua vez, na década de sessenta, muito por força da crise então vivida, começaram a surgir posições discordantes quanto ao papel da educação no comportamento dos salários, bem como a emergir outras abordagens conceptualmente divergentes. Neste âmbito, as teorias da segmentação assumem particular relevo, ao procurar compreender as desigualdades salariais, recorrendo aos factores explicativos da procura no mercado de trabalho, em detrimento dos da oferta. Esta adopta, assim, uma visão do funcionamento do mercado de trabalho menos individualista, procurando encontrar nas características intrínsecas ao posto de trabalho e, em alguns aspectos institucionais, a explicação para a prática de salários distintos entre trabalhadores com características produtivas idênticas; para a existência de desemprego dito estrutural e pela prática crescente de discriminação sexual e racial no mercado de trabalho.

Neste âmbito, esta obra pretende efectuar uma investigação que contribua para esclarecer qual o contributo da formação escolar e profissional no comportamento e evolução dos salários, entre trabalhadores no mercado de trabalho nacional, devidamente enquadrada pelas diferentes teorias que

surgiram ao longo das últimas quatro décadas. Para além disso, apreender igualmente quais os principais factores para a atenuação/acentuação das diferenciações salariais entre trabalhadores, ao longo de um período que se inicia logo após a integração de Portugal na Comunidade Europeia até ao ano de 1991. Maria Clementina Santos enumera mesmo os três principais objectivos que norteiam o seu trabalho:

1. *“An analysis of the impact of education and raining on earnings of the portuguese labor force”*;
2. *“An analysis of the role of occupations and occupational choices on the determination of wages”*;
3. *“An investigation of the effects of the discrepancies between educational job requirements and observed educational attainments in earnings determination”*.

Para alcançar este deisderato, propõe-se recorrer ao principal instrumento empírico desenvolvido no modelo do Capital Humano, ou seja, a conhecida função semi-logarítmica dos salários, ou ainda a função salário de Mincer. Tal função acabaria por ser utilizada, e continua a sê-lo, com invulgar sucesso, em inúmeros trabalhos na área da estrutura e diferenciação salarial. Os diversos modelos, que hoje são vulgarmente utilizados, encontram as suas raízes nessa mesma função.

Esta obra encontra-se, assim, dividida em 4 capítulos. No primeiro, como capítulo de introdução, a autora define os objectivos gerais e específicos que norteiam esta investigação, bem como a metodologia a adoptar, enquadrando-a na própria evolução das teorias da formação dos salários. No segundo capítulo, procura explicar-se as diferenciações salariais entre os trabalhadores e, em simultâneo, testar a maior ou menor adesão das teorias explicativas da formação dos salários, com particular destaque para a Teoria do Capital Humano e para outras conceptualmente divergentes. Assim, são incluídas variáveis representativas da procura e oferta do mercado de trabalho no modelo, sendo efectuadas regressões para os anos de 1985 e 1991 para o mercado de trabalho nacional, procurando comparar os coeficientes estimados com outros trabalhos efectuados para o mesmo espaço geográfico. No terceiro capítulo, salienta-se o papel específico do emprego na determinação dos salários, a fim de testar o modelo de escolha dos empregos, e da simultaneidade da escolha do nível de escolaridade e dos empregos. Por fim, no último capítulo, analisa-se o fenómeno da *“over (under) education”* e as teorias explicativas deste fenómeno. A autora procura, desta forma, esclarecer se o nível de formação facultado pelo sistema escolar é, ou não, discrepante face ao que é exigido pelo tecido empresarial, ou pelo sistema económico.

Se bem que, trabalhos com esta especificidade, já tenham começado a surgir com alguma insistência na década de sessenta, com os trabalhos de Becker, Schiswick e Mincer, para o mercado de trabalho norte-americano, em Portugal, só muito recentemente (década de oitenta) surgiram os primeiros artigos que procuram retratar os principais determinantes dos salários e da diferenciação salarial entre trabalhadores. A obra em análise destaca-se, assim, como um dos principais contributos para a compreensão da estrutura e dispersão salarial no mercado de trabalho nacional, constituindo mesmo como uma obra de leitura, diríamos que, quase obrigatória, para quem investiga nesta área específica da economia do trabalho.

*Filipe Almeida Santos*